

Maria Helena Diniz

Mestre e Doutora em Teoria Geral do Direito e Filosofia do Direito pela PUCSP. Livre-docente e Titular de Direito Civil da PUCSP por concurso de títulos e provas. Professora de Direito Civil no curso de graduação da PUCSP. Professora de Filosofia do Direito, de Teoria Geral do Direito e de Direito Civil Comparado nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Direito da PUCSP. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Direito Civil Comparado nos cursos de pós-graduação em Direito da PUCSP. Professora Emérita da Faculdade de Direito de Itu. Membro benemérito do Instituto Silvio Meira. Sócia honorária do IBDFAM. Membro da Academia Paulista de Direito (cadeira 62 – patrono Oswaldo Aranha Bandeira de Mello), da Academia Notarial Brasileira (cadeira 16 – patrono Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda), do Instituto dos Advogados de São Paulo e do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro. Membro honorário da Federação dos Advogados de Língua Portuguesa (FALP). Presidente do Instituto Internacional de Direito.

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO INTERPRETADA

20ª edição

Revista e atualizada

De acordo com as alterações da Lei n. 13.655/2018, regulamentada pelo
Decreto n. 9.830/2019

2024



Av. Paulista, 901, Edifício CVK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência de conteúdo e adaptações Thais Cassoli Reato Cêzar
Gerência editorial Livia Céspedes

Novos projetos Aline Darcy Flor de Souza
 Dalila Costa de Oliveira

Edição Deborah Caetano de Freitas Viadana

Design e produção Jeferson Costa da Silva (coord.)
 Rosana Peroni Fazolari
 Alanne Maria
 Guilherme Salvador
 Lais Soriano
 Tiago Dela Rosa
 Verônica Pivisan

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
 Daniela Maria Chaves Carvalho
 Emily Larissa Ferreira da Silva
 Kelli Priscila Pinto

Diagramação SBNigri Artes e Textos Ltda.
Revisão Carmem Becker
Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Mari Rampim
 Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CODIGO HRLARIO MOURERA JUNIOR - CIP-8/2044

D685I Diniz, Maria Helena
 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro Interpretada / Maria Helena Diniz. – 20. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2024.
 632 p.
 ISBN: 978-85-5382-039-5 (Impresso)
 1. Direito. 2. Direito brasileiro. 3. Leis. 4. Normas. I. Título.
 CDD 340
 CDU 34
 2023-3090

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito 340
 2. Direito 34

Data de fechamento da edição: 24-1-2024

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 16112 CL 608803 CAE 853706

OP 231617

SUMARIO

<i>Prefácio</i>	IX
Capítulo I PERFIL JURÍDICO DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	1
1. Natureza da Lei de Introdução.....	2
2. Conteúdo e funções da Lei de Introdução	4
3. Lei de Introdução e a questão da aplicação das normas jurídicas..	5
4. Lei de Introdução e a vigência espaciotemporal da norma.....	12
5. Normas de direito internacional privado contidas na Lei de Intro- dução.....	18
Capítulo II — ANÁLISE TEÓRICO-CIENTÍFICA DA LEI DE INTRODUÇÃO	39
DECRETO-LEI N. 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942	41
<i>Art. 1^º</i>	
1. Lei como fonte jurídica formal	43
2. Lei como resultado da atividade legislativa.....	43
3. Processo legislativo como fonte legal.....	45
4. Executoriedade e obrigatoriedade da lei	47
5. Aspectos essenciais da validade e delimitação conceitual de vigên- cia, eficácia e fundamento	49
6. Princípio da vigência sincrônica e “vacatio legis”	53
7. Cômputo do prazo de “vacatio legis”	55
8. Prazo para entrada em vigor da lei brasileira no estrangeiro.....	56
9. Obrigatoriedade da lei revogada durante a “vacatio legis”	57
10. Sujeição à lei nova antes de finda a “vacatio legis”	59

11. Questão da aplicabilidade do prazo da “vacatio legis” a decretos, regulamentos e outras normas obrigatórias	59
12. Lei n. 2.145/53 e o art. 1º, § 1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	61
13. “Errata”	61
14. Vigência do ato administrativo e de lei tributária.....	64
15. Inaplicabilidade do art. 1º, § 2º.....	64
16. Objeto do dispositivo legal “sub examine”.....	64
Art. 2º	
1. Hipóteses de cessação da vigência normativa	66
2. Caducidade, desuso e costume negativo.....	67
3. Revogação.....	68
4. Possibilidade da existência de antinomias aparentes e reais.....	73
5. Critério hierárquico.....	74
6. Critério cronológico.....	75
7. Critério da especialidade.....	77
8. Antinomias de segundo grau e metacritérios para sua solução.....	81
9. Critérios para a resolução dos conflitos entre normas de direito internacional público.....	83
10. Princípios solucionadores dos conflitos entre norma de direito internacional público e norma de direito interno.....	85
11. Repristinação	86
Art. 3º	
1. Obrigatoriedade da norma	87
2. “Exceptio ignorantiae juris”.....	89
3. Possibilidade de escusabilidade do “error juris”	91
Art. 4º	
1. Integração e o problema das lacunas no direito.....	95
2. Localização sistemática do problema das lacunas jurídicas.....	96
3. Questão da existência das lacunas	97
4. Constatação e preenchimento das lacunas.....	112
A) Identificação da lacuna.....	112
B) Meios supletivos das lacunas	114
b.1) Analogia.....	114
b.2) Costume	122
b.3) Princípios gerais de direito	127
b.4) Equidade.....	135

Art. 5º

1. Utilidade prática do art. 5º	141
2. Conceito, funções e caráter necessário da interpretação.....	148
3. Questão da vontade da lei ou do legislador como critério hermenêutico.....	154
4. Técnicas interpretativas	158
5. Técnica interpretativa teleológica e integração da lacuna ontológica e axiológica	165
6. Fim social.....	168
7. Bem comum	171
8. Efeitos do ato interpretativo.....	174
9. Papel da ideologia na aplicação jurídica.....	177
10. Discricionariedade judicial	179

Art. 6º

1. Relação entre irretroatividade das leis, eficácia e teoria dogmática da incidência normativa	182
2. Ato jurídico perfeito.....	189
3. Direito adquirido.....	191
4. Coisa julgada.....	198
5. Critérios para a aplicabilidade dos princípios da retroatividade e da irretroatividade	206

Art. 7º

1. Doutrina da extraterritorialidade e estatuto pessoal	213
2. “Lex domicilii”	214
3. Estado civil e lei domiciliar	234
4. “Lex loci celebrationis” e casamento.....	269
5. Casamento de estrangeiros perante autoridade diplomática ou consular.....	272
6. Invalidade de casamento de pessoas com domicílio comum ou com domicílios diferentes.....	274
7. Declaração da putatividade do casamento nulo ou anulável	276
8. Casamento de funcionário diplomático ou consular.....	278
9. Lei disciplinadora das relações patrimoniais entre cônjuges.....	278
10. Regime matrimonial de bens de brasileiro naturalizado.....	280
11. Divórcio realizado no estrangeiro e seu reconhecimento no Brasil....	283
12. Domicílio internacional legal dos incapazes e exceção à unidade do domicílio conjugal	287
13. Adômide e concurso sucessivo de elementos de conexão	289

14. Alguns subsídios jurisprudenciais relativos ao art. 7º da Lei de	305
Introdução	
A) “Lex loci celebrationis” e prova do casamento.....	305
B) Casamento de brasileira com estrangeiro.....	305
C) Casamento religioso de pessoas estrangeiras e seus efeitos.....	305
D) Casamento consular	306
E) Casamento de diplomata	306
F) Regime matrimonial de bens.....	306
G) Naturalização e pacto antenupcial.....	309
H) Invalidade de casamento	309
I) Casamento putativo.....	309
J) Divórcio no exterior	310
K) Homologação de sentença estrangeira*	310
L) Domicílio de origem	312
M) Lei domiciliar na Lei de Introdução.....	312
 <i>Art. 8º</i>	
1. Qualificação de bens e doutrina da territorialidade e da extraterri-	
torialidade	313
2. Conflito interespacial alusivo aos direitos reais: “lex rei sitae” e	
“ius in re”	314
3. Extraterritorialidade e regime de bens móveis sem localização	
permanente.....	317
4. Penhor e “ius domicilii”.....	318
 <i>Art. 9º</i>	
1. “Locus regit actum” e “ius ad rem”	319
2. Exceções à aplicação da “lex loci celebrationis”.....	326
3. Exequibilidade da obrigação no território brasileiro e “lex loci	
executionis”	330
4. Obrigação contratual “inter absentes” e residência do proponente	
.....	331
5. Dados jurisprudenciais.....	333
A) Contrato de trabalho em repartições diplomáticas.....	333
B) Competência da lei do pavilhão no contrato de trabalho marí-	
timo	333
C) Prestação de serviço estrangeiro no Brasil.....	334
D) Transferência de empregado para o Brasil.....	334
E) Rescisão de contrato no exterior	334
F) Competência para julgar ações trabalhistas contra empresa	
estrangeira em liquidação.....	335

Art. 10

1. Teoria da unidade sucessória	335
2. Lei do domicílio do “de cuius” na sucessão “causa mortis”	337
3. Comoriência	341
4. Morte presumida e sucessão	341
5. Lei disciplinadora da capacidade para suceder do herdeiro e do legatário	343
6. Execução de testamento feito no exterior	347
7. Variação da ordem de vocação hereditária em benefício de cônjuge ou filhos brasileiros	353
8. Adendo jurisprudencial	357
A) Lei aplicável à sucessão	357
B) Juízo competente para processar inventário de estrangeiro	357
C) Inventariança	358
D) Forma de testamento	359
E) Invalidade de testamento	359
F) Execução de testamento no Brasil	360
G) Herança jacente e ascendente no exterior	360
H) Sucessão aberta no estrangeiro	360
I) Capacidade para suceder	360
J) Adoção do sistema da pluralidade sucessória	361

Art. 11

1. Lei do lugar da constituição da sociedade ou fundação	363
2. Condição para abertura de filiais, agências ou estabelecimentos de pessoa jurídica estrangeira no Brasil	370
3. Restrições à aquisição, ao gozo e exercício de direito real no território nacional pelas pessoas jurídicas de direito público	375
4. Exceção à incapacidade aquisitiva de imóveis por governos estrangeiros	376
5. Jurisprudência	376

Art. 12

1. Critério de determinação da competência internacional e a questão do conflito de jurisdição	377
2. Territorialidade das leis de organização e competência dos tribunais	384
3. Direito do estrangeiro ao acesso aos tribunais brasileiros e a “cautio iudicatum solvi”	385
4. Competência estrangeira eventual e “forum prorogatae jurisdictionis”	388

5. Competência geral brasileira necessária e “forum rei sitae”	390
6. “Exequatur” de “litterae requisitoriales” e cumprimento de diligências deprecadas por autoridade competente.....	391
7. Subsídios jurisprudenciais	396
A) Competência recursal do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.....	396
B) Competência internacional da autoridade judiciária brasileira	398
C) Incompetência da justiça brasileira	399
D) Competência de justiça de país estrangeiro	400
E) Incompetência da justiça estrangeira	400
F) Carta rogatória.....	400
G) Revogação de “exequatur” de carta rogatória.....	401
<i>Art. 13</i>	
1. Princípio da territorialidade e prova dos fatos ocorridos no exterior.....	401
2. “Onus probandi”, meios de prova e modos de produção da prova	402
3. “Lex loci” e “lex fori”	403
4. Apreciação das provas e inadmissibilidade de prova desconhecida pelo direito pátrio.....	404
<i>Art. 14</i>	
1. Princípio “iura novit curia” e “ius communis”	405
2. Meios de prova do direito estrangeiro aplicável.....	407
3. Teoria da remissão receptícia e teoria das normas sobre produção-jurídica	409
4. Soluções doutrinárias ante a impossibilidade de se conhecer o direito alienígena.....	410
<i>Art. 15</i>	
1. Eficácia da decisão judicial limitada à jurisdição de sua prolação	413
2. Diferentes critérios sobre o problema da eficácia jurídica e da força executiva de sentença estrangeira	415
3. “Actio iudicati” e “exequatur”	417
4. Requisitos para execução de sentença estrangeira no Brasil	418
5. Juízo de delibação	430
6. Questão da dispensa da homologação de sentença estrangeira meramente declaratória de estado de pessoa	434
7. Desnecessidade do juízo de delibação para o cumprimento de carta rogatória estrangeira e de título executivo extrajudicial.....	439
8. Jurisprudência	441

A) Indeferimento e deferimento de homologação de sentença arbitral	441
B) Recusa de homologação de sentença estrangeira: falta de prova do trânsito em julgado, citação irregular e incompetência do juiz.....	444
C) Finalidade da homologação.....	445
D) Homologação de sentença para execução de testamento	448
E) Homologação de sentença que decreta falência	448
F) Sentença declaratória de estado	448
G) Sentença estrangeira proferida em ação contenciosa de pesquisa de paternidade	449
H) Homologação e a questão de invalidade de casamento.....	449
I) Separação judicial e sua homologação.....	450
J) Homologação de sentença de divórcio.....	452
K) Homologação de sentença estrangeira sobre guarda provisória de menor e a questão da proibição da análise do mérito.....	454
L) “Exequatur” de carta rogatória.....	454

Art. 16

1. Resolução dos conflitos de qualificação de relações jurídicas	457
2. Teoria do reenvio (“Gesamtverweisung”).....	460
3. Teoria da referência do direito material estrangeiro (“Sachnormverweisung”) e proibição do retorno	463
4. Dado jurisprudencial	466

Art. 17

1. Limites à extraterritorialidade da lei.....	466
2. Soberania nacional.....	468
3. Ordem pública.....	470
4. Bons costumes	476
5. Instituição jurídica desconhecida.....	477
6. Jurisprudência	478
A) Efeitos de sentença estrangeira de divórcio anterior à Lei n. 6.515/77, em atenção à ordem pública e aos bons costumes ...	478
B) Fraude à lei ocorrida antes da Lei do Divórcio	480
C) Inaplicabilidade de lei estrangeira contrária à nacional	480
D) Casamento no exterior e impedimento dirimente absoluto	480

Art. 18

1. Competência do cônsul e lei reguladora dos atos por ele praticados	482
---	-----

2. Celebração de casamento de brasileiros perante autoridade consular e sua prova	485
3. Subsídios jurisprudenciais	487
A) Legalização de certidão de nascimento pelo cônsul.....	487
B) Legalização de cambial no consulado.....	488
C) Casamento de brasileiros perante autoridade do registro civil de país estrangeiro.....	488
D) Casamento de estrangeiros no exterior e ulterior naturalização brasileira de ambos.....	488
E) Casamento no exterior entre brasileiro e estrangeira	489
<i>Art. 19</i>	
1. Validade de casamento consular de brasileiros não domiciliados no Brasil.....	489
2. Renovação de pedido para celebração de casamento consular de nacionais domiciliados no exterior	490
<i>Art. 20</i>	
1. Abstenção da justificação de decisões com base em valores jurídicos abstratos	491
2. Subjetivismo das locuções “valores jurídicos abstratos” e “consequências práticas da decisão”	492
3. Vedação de motivação decisória retórica ou principiológica	492
4. Justificação da decisão.....	495
<i>Art. 21</i>	
1. Decisão de invalidação e o problema de seus efeitos jurídicos.....	496
2. Questão das condições para regularização do ato	497
<i>Art. 22</i>	
1. Parâmetros decisórios interpretativos.....	500
2. Dificuldades hermenêuticas.....	501
<i>Art. 23</i>	
1. Regime jurídico de transição adequado com a modulação de efeitos...	503
2. Papel desse regime.....	504
<i>Art. 24</i>	
1. Revisão administrativa.....	507
2. Repúdio à aplicação retroativa.....	507

<i>Art. 25 . (VETADO.)</i>	
<i>Art. 26</i>	
1. Importância da oitiva de órgão jurídico ou de consulta pública	509
2. Compromisso administrativo e seus requisitos.....	509
<i>Art. 27</i>	
1. Acordo substitutivo como materialização da consensualidade administrativa.....	511
2. Motivação da decisão sobre compensação	513
<i>Art. 28</i>	
1. Responsabilidade subjetiva do agente público	514
2. Objetivos do art. 28	516
<i>Art. 29</i>	
1. Edição de atos administrativos normativos pela Administração Pública	519
2. Governança participativa e a possibilidade de prévia consulta pública para manifestação dos interessados.....	519
3. Convocação para a consulta pública	520
<i>Art. 30</i>	
1. Publicação de interpretações administrativas e controladoras como uma obrigação das autoridades públicas.....	521
2. Questão da força vinculante dos instrumentos previstos no <i>caput</i> do art. 30	521
Capítulo III — IMPORTÂNCIA DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	523
ANEXOS	533
1. Projeto de Lei n. 243, de 2002	533
2. Projeto de Lei n. 269, de 2004	543
3. Lei n. 12.376, de 2010	550
4. Lei n. 13.655, de 2018 (Antigo PLS n. 349/2015, posteriormente renumerado para PL n. 7.448/2017)	551
<i>Referências</i>.....	555